



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
PMMG/11RPM-COMPRAS - Seção de Compras da 11ª Região da Polícia Militar

v2.2025.02

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

(Compra de bens e Contratações de Serviços)

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP Nº 33/2025		
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	1257654 - 33/2025	
CONTRATANTE:	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS	
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS, PARA ATENDER DEMANDAS DAS UNIDADES APOIADAS PELA 11ª RPM	
VALOR TOTAL:	R\$ 29.415,19 (Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Dezenove Centavos)	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	SIM	
LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/		
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: Da publicação no Portal de Compras/MG até às 07:59h do dia 04/09/2025.		
DATA DA SESSÃO DE LANCES	HORÁRIO DA ABERTURA	HORÁRIO DO FECHAMENTO
04/09/2025	08:00hora(s)	14:00hora(s)

SUMÁRIO

- [1. PREÂMBULO](#)
- [2. OBJETO DA COTEP](#)
- [3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP](#)
- [4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP](#)
- [5. FASE DE LANCES](#)
- [6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS](#)
- [7. HABILITAÇÃO](#)
- [8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO](#)
- [9. SANÇÕES](#)
- [10. DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, realizará procedimento de dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (COTEP), com o critério de julgamento de menor preço, regime de Fornecimento de Bens com entrega IMEDIATA nos termos do art. 75, inciso [I ou II], da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução SEPLAG nº 34, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO DA COTEP

2.1. O objeto da presente cotação eletrônica de preços - COTEP é a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS, PARA ATENDER DEMANDAS DAS UNIDADES APOIADAS PELA 11ª RPM, conforme especificações e condições constantes deste aviso de dispensa de licitação por valor e dos seus anexos.

2.2. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e de seus anexos, e as demais peças que compõem o processo e/ou as especificações do objeto descritas no Portal de Compras/MG, prevalecerão as deste Aviso.

3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP

3.1. A participação na presente Cotação Eletrônica de Preços - COTEP se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

3.1.1. As orientações para participação na Cotação Eletrônica de Preços – COTEP são apresentadas no [Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor](#).

3.1.2. A aplicação dos benefícios previstos no arts. 49, inciso IV e 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, ocorrerá de acordo com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.

3.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem 3.1.2:

3.2.1. não se aplica no caso de contratação direta para compra de bens em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 3.2.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.2.3. para efeitos de observância do limite financeiro previsto nos subitens 3.2.1. e 3.2.2, deverá ser considerado o valor a ser despendido em toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações ou as vigências originais plurianuais.
- 3.3. Para fins do disposto neste aviso, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, se dará da seguinte forma:
- 3.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- 3.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 2006;
- 3.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 1991;
- 3.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- 3.4. **Poderão participar** desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento convocatório, e que estejam regularmente inscritos no Cadastro Geral de Fornecedor – CAGEF do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 47.524, de 2018, e da Resolução SEPLAG nº 93, de 2018.
- 3.5. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - [Opção Cadastro de Fornecedores](#).
- 3.6. Cada fornecedor deverá inscrever, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um fornecedor na presente COTEP.
- 3.7. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotora da COTEP por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.8. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.9. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do fornecedor e do seu representante para realização das transações inerentes à COTEP.
- 3.10. O fornecedor se responsabiliza:
- 3.10.1. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- 3.10.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.11. Informações complementares a respeito da inscrição podem ser obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.
- 3.12. **Não poderão participar** desta COTEP os fornecedores:
- 3.12.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seu(s) anexo(s);
- 3.12.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.12.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.12.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 3.12.4.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.12.4.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.12.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da COTEP, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente.
- 3.12.7. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.
- 3.12.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na COTEP ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.12.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si.
- 3.12.10. empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República.
- 3.12.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. **CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP**

- 4.1. Durante o período estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, o fornecedor interessado encaminhará a sua proposta, exclusivamente, por meio do [Portal de Compras do Estado MG](#), informando, obrigatoriamente no sistema:
- 4.1.1. a marca; e
- 4.1.2. o valor unitário e o valor total de cada lote.
- 4.2. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

- 4.2.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.
- 4.3. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I -Termo de Referência, e do compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os bens em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.
- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior à 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras, às seguintes declarações:
- 4.8.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.
- 4.8.2. que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;
- 4.8.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 4.8.4. a ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação direta
- 4.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- 4.8.6. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 4.8.7. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:
- 4.8.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 4.8.7.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.
- 4.9. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) encaminhada(s) no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 2003 e alterações.
- 4.9.1. As fases de classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.
- 4.10. O disposto nos subitens 4.9 e 4.9.1. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.
- 4.11. As informações da(s) proposta(s) comercial(is) encaminhada(s) pelo sistema podem ser alteradas pelo fornecedor até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

5. FASE DE LANCES

- 5.1. Na data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, a sessão pública será automaticamente aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrada no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).
- 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo [valor global/unitário OU maior percentual desconto] do lote.
- 5.2.2. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando for o caso, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.2.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 100,00 (Cem Reais).
- 5.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.
- 5.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para envio de lances, o Portal de Compras MG ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação, observado o respectivo critério de julgamento.
- 5.5. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.7. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.
- 5.7.1. Na hipótese de não serem enviados lances, e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio para classificação das propostas empatadas.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a compra.
- 6.1.1. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.2. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O(s) valor(es) da negociação deverá(ão) ser registrado(s) em campo próprio do referido sistema.

- 6.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.
- 6.4. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada ao(s) último(s) valor(es) ofertado(s) ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), devendo ser observado o modelo apresentado no Anexo II – Proposta Comercial, e o disposto a seguir.
- 6.4.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto, e o preço unitário e total/mensal e anual, devidamente atualizado.
- 6.4.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.
- 6.4.3. Caso esteja classificado em primeiro lugar, o fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá:
- 6.4.3.1. informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.
- 6.4.3.2. anexar à sua proposta comercial, a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- 6.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.
- 6.6. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar:
- 6.6.1. que contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. que descumprir às especificações técnicas pormenorizadas contidas neste instrumento convocatório;
- 6.6.3. que apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a compra;
- 6.6.4. que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou
- 6.6.5. que apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.
- 6.7. Será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da [compra/contratação], por apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11. **A presente Cotação eletrônica será julgada pelo menor preço global por lote, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I). Para fins de controle e garantia da vantajosidade da contratação, ficam estabelecidos valores máximos unitários por item integrante do lote, conforme detalhado na Tabela de Composição de Preços do Item 1 do Termo de Referência (Anexo I).**
- 6.12. **Serão desclassificadas as propostas que apresentarem qualquer item com preço superior ao valor máximo definido, ainda que o valor total do lote esteja dentro do limite estabelecido.**
- 6.13. **É facultado à Administração, durante a análise das propostas, solicitar a adequação de preços individuais que ultrapassem os limites máximos, desde que isso não implique em alteração do valor global ofertado e respeite o princípio da isonomia.**
- 6.14. **A adjudicação será feita com base no menor valor global por lote, observando-se os limites por item e demais condições do edital.**
- 6.15. Da Apresentação de Amostras:
- 6.15.1. Não haverá apresentação de amostras no presente certame.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedor Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF		SIM	NÃO

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR Pessoa Física - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Contraladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form	SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO
Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.		

- 7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.1.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.1.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, o responsável pelo procedimento iniciará a análise dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em 1º lugar, sendo exigidas somente aquelas elencadas no Anexo I - Termo de Referência.
 - 7.2.1. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.
 - 7.2.2. O fornecedor deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
 - 7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 7.2.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 1 (uma) hora, sob pena de inabilitação.
- 7.3. A não regularização dos documentos constates do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
 - 7.4.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 7.4.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Licitação Por Valor.
- 7.6. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 7.7. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o fornecedor será habilitado.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
 - 8.1.1. Na hipótese de procedimento cuja pesquisa de preços tenha sido realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 10 da Resolução Seplag nº 102, de 2022, deverá ser juntada aos autos da contratação a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o inciso V do caput do art. 6º da Resolução Seplag n. 34 de 2023, como requisito para os atos de adjudicação e homologação.
- 8.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.
 - 8.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.
9. **SANÇÕES**
 - 9.1. As sanções são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente por mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 10.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 10.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre

os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

10.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste procedimento de contratação direta.

10.7. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

10.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes deste procedimento, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso de Dispensa de Licitação por Valor no site: www.compras.mg.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br

10.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.11. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo Proposta Comercial;

ALLISON VERÍCIO DE OLIVEIRA, CEL PM
Ordenador de Despesas da 11ª RPM



Documento assinado eletronicamente por **Allison Verício de Oliveira, Coronel PM**, em 28/08/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **120462945** e o código CRC **6103A06C**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
PMMG/11RPM-COMPRAS - Seção de Compras da 11ª Região da Polícia Militar

v2.2025.01

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS, PARA ATENDER DEMANDAS DAS UNIDADES APOIADAS PELA 11ª RPM**, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE ÚNICO - MOBILIÁRIOS DIVERSOS PARA ATENDER DEMANDA DAS UNIDADES APOIADAS PELA 11ª RPM							
ITEM	CÓD. DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM	UNIDADE	QTD.	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1	670553	ESTACAO DE TRABALHO - TIPO: EM L, PARA ESCRITORIO; CAPACIDADE: 01 FUNCIONARIO; GAVETEIRO: COM 01 GAVETEIRO DE 03 GAVETAS DO LADO DIREITO; DIVISORIA: SEM DIVISORIA; TAMPO: MADEIRA AGLOMERADA REVESTIDA EM MELAMINICO; CONEXAO: SEM CONEXAO; SUPORTE: SEM SUPORTE PARA TECLADO; ESTRUTURA: ACO, PINTADA EM EPOXI; DIMENSOES: 140CM LARGURA X 140CM PROFUNDIDADE X 73CM ALTURA; TAMPO EM MADEIRA AGLOMERADA COM ESPESSURA MINIMA DE 25MM, REVESTIDO EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMINICO BAIXA PRESSAO TEXTURIZADO ACABAMENTO COM BORDAS ARREDONDADAS A 120 OU 180 GRAUS OU, AINDA, EM PERFIL DE PVC COM NO MINIMO 1,5MM DE ESPESSURA, CONFORME NORMAS DE ERGONOMIA; TAMPA REMOVIVEL PARA PASSAGEM DE CABEAMENTO ELETRICO E LOGICO COM NO MINIMO 55MM DE DIAMETRO; PAINELIS FRONTAIS DE SUSTENTACAO EM MADEIRA AGLOMERADA COM ESPESSURA MINIMA DE 18MM, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO BAIXA PRESSAO EM AMBAS AS FACES, BORDAS ARREDONDADAS A 180 GRAUS		UNIDADE	3	R\$ 1.233,00	R\$ 3.699,00

		OU COM ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC COM NO MINIMO 1,5MM DE ESPESSURA; ESTRUTURA EM CHAPA DE ACO COM ESPESSURA MINIMA DE 1,2MM, PINTADA EM EPOXI, COM DUTO INSPECIONAVEL PARA PASSAGEM DE CABEAMENTO ELETRICO E LOGICO, COM SAPATAS NIVELADORAS; GAVETEIRO FIXO EM MADEIRA AGLOMERADA COM ESPESSURA MINIMA DE 15MM, REVESTIDO EM AMBAS AS FACES EM LAMINADO MELAMINICO BAIXA PRESSAO, MEDINDO NO MINIMO 40CM LARGURA X 48CM PROFUNDIDADE X 35CM ALTURA, ACABAMENTO COM BORDAS ARREDONDADAS A 180 GRAUS OU FITA DE PVC COM ESPESSURA MINIMA DE 1,5MM; TRAVAMENTO SIMULTANEO DAS GAVETAS POR MEIO DE FECHADURA UNICA COM CHAVE, ACOMPANHADA DE SUA RESPECTIVA COPIA; MOVEL NA COR PADRAO DA UNIDADE ADQUIRENTE; ADMITE-SE A VARIACAO DE ATÉ 5 PORCENTO NAS MEDIDAS DE LARGURA, PROFUNDIDADE E ALTURA.				
2	1031899	LONGARINA - APLICACAO: SALA DE ESPERA; QUANTIDADE LUGARES: 04 LUGARES, SEM PRANCHETA; ASSENTO/ENCOSTO: ESPUMA INJETADA DE POLIURETANO, REVESTIDO COURINO; ESTRUTURA: TUBULAR EM ACO, PINTURA EM EPOXI; PES: COM SAPATAS; CONTRA-ASSENTO: CAPA EM POLIPROPILENO; CONTRA-ENCOSTO: CAPA EM POLIPROPILENO;	UNIDADE	3	R\$ 765,00	R\$ 2.295,00
3	1361376	ARMARIO PARA ESCRITORIO - TIPO: ALTO; MATERIA-PRIMA: MDF REVESTIDO EM MELAMINICO; PRATELEIRAS/SUORTE: 5 PRATELEIRAS; GAVETAS: SEM GAVETA; PORTAS: 2 PORTAS; ESTRUTURA/BASE: BASE EM ACO; DIMENSOES: 800X500X1600MM;	UNIDADE	2	R\$ 1.113,29	R\$ 2.226,58

4	1861565	MESA - TIPO: DESMONTAVEL E COMPACTA; MATERIAL TAMPO: POLIPROPILENO; ESTRUTURA: POLIPROPILENO; PES: POLIPROPILENO; MEDIDAS: 45CM (ALT/MIN) X 74CM (LARG/MIN) X 78CM (PROF/MIN); COR: COLORIDA; MESA INFANTIL COLORIDA EM POLIPROPILENO, COM DOIS BANCOS ACOPLADOS; TOTALMENTE LIVRE DE MATERIAL TOXICO; RESISTE A UMA CARGA ESTATICA DE ATE 25 KG.		UNIDADE	2	R\$ 372,39	R\$ 744,78
			ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: A cadeira deverá ser constituído de duas roldanas circulares, na dimensão de 55 mm de diâmetro, fabricadas em sua região central em poliamida (PA) e em sua banda de rodagem em poliuretano (PU), destinando –se a pisos rígidos. A base deverá ser constituída com cinco pás de apoio para fixação dos rodízios e uma furação central conificada para acoplamento da coluna a gás, obtendo um diâmetro na ordem de 690 mm. O conjunto deverá ser fabricado pelo processo de injeção de termoplástico em poliamida aditivada com 30% de fibra de vidro. A Coluna a Gás deverá ser constituída de um corpo cilíndrico denominado câmara, fabricado em aço carbono na medida externa de 50 mm, conformado em uma de suas extremidades pelo processo de conificação para perfeita fixação na base. A coluna deverá ser classe 4 com curso de 123mm. O mecanismo deverá ser fabricado em aço com corpo fixo desenvolvido em chapa de 2,65 mm de espessura, e corpo móvel desenvolvido em chapa de 2,25 mm de espessura. O mecanismo deverá receber uma proteção de preparação de superfície metálica e revestimento eletroestático epóxi em pó, que garante proteção e maior vida útil ao produto. Possuir apenas uma alavanca localizada no lado direito, que ao ser rotacionada comanda o acionamento da coluna a gás, para regulagem de altura da cadeira, e ao ser puxada, e empurrada, trava e destrava o movimento de reclinção do encosto. O mecanismo deverá possuir os seguintes recursos: Movimento sincronizado de reclinção do encosto/assento com uma posição de travamento, e relação de inclinação de Opção de livre flutuação, onde o encosto encontra-se livre para movimentação, mantendo o mesmo sempre em contato e sob pressão com as costas do usuário. Essa pressão pode ser ajustada através de um knob na parte				

		CADEIRA PARA ESCRITORIO - FINALIDADE: POLTRONA PARA PRESIDENTE; TIPO: GIRATORIA; ESPALDAR: ALTO; APOIA-BRACOS: COM APOIO PARA BRACOS; ASSENTO/ENCOSTO: CONCHA DUPLA, ESTOFADOS, REVESTIDOS EM TECIDO; ESTRUTURA: ACO, PINTADA EM EPOXI, COM 05 PES; ACABAMENTO DOS PES: PES COM RODIZIOS; CONTRA-ASSENTO: CONTRA-ASSENTO EM CAPA DE POLIPROPILENO; CONTRA-ENCOSTO: CONTRA-ENCOSTO EM CAPA DE POLIPROPILENO; REGULAGEM: REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO A GAS; ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURADOS EM MADEIRA MULTILAMINADA COM ESPESSURA MINIMA DE 15MM; CONTRA-ASSENTO/ENCOSTO COM PROTECAO EM CAPA DE POLIPROPILENO; ASSENTO COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA A GAS; ENCOSTO COM REGULAGEM DE INCLINACAO POR MEIO DE MECANISMO RELAX; ESTRUTURA EM ACO ESTAMPADO, COM RODIZIOS EM NYLON DE DUPLO GIRO, PINTADA EM EPOXI E ACABAMENTO EM CARENAGEM DE POLIPROPILENO; ESTOFADO EM ESPUMA DE POLIURETA NO INJETADO EM FORMATO ANATOMICO, DE ACORDO COM AS NORMAS DE ERGONOMIA COM ESPESSURA MINIMA DE 50MM E DENSIDADE MINIMA D55, REVESTIDO EM TECIDO COM ESPESSURA MINIMA DE 2,0MM; APOIA-BRACOS INJETADOS EM NYLON OU POLIURETANO, COM ALMA DE ACO; E AS SEGUINTE DIMENSOES MINIMAS: ASSENTO 48CM LARGURA X 48CM PROFUNDIDADE, ENCOSTO 45CM LARGURA X 58CM ALTURA, APOIA-BRACOS: 20CM COMPRIMENTO X 4CM LARGURA; ESPALDAR ALTO DE NO MINIMO 62CM; ALTURA DO ASSENTO EM RELACAO AO PISO DE 42CM COM REGULAGEM DE NO MINIMO ATE 50CM; ASSENTO E ENCOSTO COM REGULAGEM DE INCLINACAO DE NO MAXIMO 5 E 30 GRAUS, RESPECTIVAMENTE. MOVEL NA COR PADRAO DA UNIDADE	frontal do mecanismo. Os Apoia Braços deverá ter regulagem de altura, que se dá pelo pressionamento de um botão na parte frontal do apoio de braço. Possuir 70 mm de curso para a regulagem de altura, dispostos em oito posições definidas. A alma do apoio de braço deverá ser fabricada em chapa de aço com 6,35 mm de espessura, já os restantes dos componentes deverão ser fabricados em polipropileno. O encosto deverá ser um conjunto constituído por estrutura injetada em polipropileno reforçada com fibra de vidro. Possuir porcas garra inseridas nos pontos de montagem. Na estrutura do encosto deverá ser fixada uma almofada de espuma flexível à base de poliuretano (PU), fabricada pelo processo de injeção sob pressão. Esta almofada deverá possuir densidade controlada de 33kg/m³, podendo ocorrer variações na ordem de +/-10%, e espessura média de 65mm. O conjunto deverá ser revestido com tecido pelo processo de tapeçamento. Suas dimensões deverão ser aproximadamente 471mm de largura e 622mm de altura, apresentando em suas extremidades cantos arredondados. Para acabamento, o encosto deverá receber uma blindagem injetada em polipropileno, que é encaixada à estrutura, dispensando o uso de parafusos e grampos. Juntamente com a proposta deverá ser anexada os seguintes Certificados/ laudos: GARANTIA DE 5 ANOS - Declaração de garantia emitida exclusivamente pelo fabricante, com assinatura digital, indicando o revendedor autorizado e mencionando o período mínimo de garantia; Laudo emitido por profissional certificado pela ABERGO, com imagens e cotas, comprovando que o mobiliário ofertado está de acordo com a Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia e Portaria vigentes, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional ou ART paga, que comprove habilitação/especialização em Ergonomia ou Engenharia e Segurança do trabalho, para emissão do respectivo laudo. Certificado de conformidade de acordo com a norma NBR 13962 - Móveis para Escritório - Cadeiras - Requisitos e Métodos de Métodos de Ensaio, pelo modelo de Certificação 5, onde atesta que o produto é destinado a usuários de até 110 kg; Certificado conformidade ABNT NBR 14020:2002 E 14024:2022 – Emitido por OCP; ESPUMA - Laudo ABNT NBR 8515:2020 - Determinação da resistência				
5	645710		UNIDADE	2	R\$ 1.297,00	R\$ 2.594,00	

	ADQUIRENTE.	à tração - Resultado mínimo: tensão de ruptura: 110 KPA - alongamento de ruptura mínimo de 65 %; Laudo ABNT NBR 8537:2022 - Determinação da densidade aparente - 60 KG/M³ - RESULTADO: 57 KG/M³ podendo ocorrer variações na ordem de +/- 10%; Laudo AABNT NBR 8619:2022 - Determinação de resiliência - RESULTADO MÍNIMO: 50%; Laudo ABNT NBR 8797: 2022 - Determinação da deformação permanente a compressão à 50% - RESULTADO MÁXIMO : 24%;Laudo ABNT NBR 8910:2016 - Determinação da resistência à compressão - RESULTADO MÍNIMO: 6 KPA;Laudo ABNT NBR 9176:2016 - Determinação da força de endentação - Resultado mínimo para fator de conforto: 2,5; Laudo ABNT NBR 9177:2022 - Determinação da fadiga dinâmica - Resultado mínimo perda de espessura: resultado mínimo perda de força de indentação: 17; Laudo ABNT NBR 9178: 2025 - determinação nas características de queima - Resultado igual a 0; Laudo ABT NBR 14961:2019 Determinação do teor de cinzas - RESULTADO: 0,98%; Laudo ABNT NBR 8516:2015 - Determinação da resistência ao rasgamento - RESULTADO MÍNIMO 320 N/m; REVESTIMENTO VINIL - Laudo ABNT NBR 12060: 1991 - Densidade em malhas - Densidade para cursos mínimo de 7/CM e colunas mínimo de 8/CM; Laudo ABNT NBR 14099:2023 - Determinação de espessura - Espessura mínima de 0,60MM; Laudo ABNT NBR 14522:2021 - Resistência à tração e alongamento na ruptura - Sentido longitudinal: resultado médio do alongamento mínimo de 70 N/CM Sentido transversal: resultado médio da força do rompimento: mínimo de 28 N/CM; Laudo ABNT NBR 14544:2023 - Determinação da massa por unidade de área - Gramatura mínima de 470 G/M²; Certificado de conformidade processo de preparação de pintura e Certificação do processo de preparação e pintura em superfícies metálicas pelo modelo 5 de certificação – acompanhados dos relatórios de ensaios: NBR 17088; NBR 8095; NBR 8096; ABNT NBR 10443; ABNT NBR 11003; ASTM D 3359; ASTM D 2794; ASTM D 3363; ABNT NBR 10545.				
--	-------------	---	--	--	--	--

6	1751492	SOFA PARA ESCRITORIO - LUGARES: 2 LUGARES; APOIA-BRACOS: COM APOIA-BRACOS; ESTRUTURA: MADEIRA MACICA; ASSENTO/ENCOSTO: ALMOFADA UNICA EM ESPUMA LAMINADA; DIMENSOES: LARGURA TOTAL: 1700MM; SOFA PARA ESCRITORIO COM ESTRUTURA DO ASSENTO, ENCOSTO E DA BASE EM MADEIRA MACICA; ESTRUTURA LATERAIS DOS BRACOS VEDADA COM CHAPA DE PAPELA O; POSSUI MOLAS DO TIPO PERCINTAS DE BORRACHAS SOB ASSENTOS E ENCOSTOS; ASSENTO COMPOSTO POR ALMOFADAS UNICA EM ESPUMA LAMINADA, DENSIDADE MINIMA D33 E ESPESSURA MINIMA DE 100 MM, FORMANDO UMA PECA UNICA, MARCA DO COM DETALHES NA COSTURA DO REVESTIMENTO; REVESTIMENTO EM COURO ECOLOGICO; ESTRUTURA DO BRACO COM ESPUMA LAMINADA, ESPESSURA DE 5 MM; REVESTIMENTO EM COURO ECOLÓGICO, BASE COM 06 PES CROMADOS.MEDIDAS: LARGURA TOTAL: 1700MM ALTURA TOTAL: 860MM ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 480MM MEDIDAS ASSENTO: 1200 X 180X 500 (L X A X P) MEDIDAS ENCOSTO: 1200X800 (L X A) MEDIDAS DO BRACO: 250X580X800 (L X A X P) MEDIDAS RODAPÉ: 1200X240X500 (L X A X P).	O item a ser adquirido deverá possuir as seguintes especificações mínimas: altura total de 81 cm, largura total de 114 cm, profundidade total de 64 cm, altura do encosto de 36 cm, largura do assento de 96 cm, profundidade do assento de 48 cm, altura do chão ao assento de 45 cm, espessura do assento de 18 cm, espessura do braço de 9 cm, pés com 30 cm e peso de 24 kg. A estrutura deverá ser em madeira de eucalipto, espuma D-23, revestimento em corino, pés fixos em madeira na cor castanho, com capacidade de suportar até 120 kg. O produto deverá ser entregue em um volume, já montado, necessitando apenas a fixação da base, acompanhado de garantia mínima de 90 dias contra defeitos de fabricação, além de permitir limpeza com pano limpo e levemente úmido	UNIDADE	2	R\$ 688,90	R\$ 1.377,80
			Juntamente com a proposta deverá ser anexada os seguintes Certificados/laudos: GARANTIA DE 5 ANOS - Declaração de garantia emitida exclusivamente pelo fabricante, com assinatura digital, indicando o revendedor autorizado e mencionando o período mínimo de garantia; Laudo emitido por profissional certificado pela ABERGO, com imagens e cotas, comprovando que o mobiliário ofertado está de acordo com a Norma Regulamentadora NR 17 – Ergonomia e Portaria vigentes, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional ou ART paga, que comprove habilitação/especialização em Ergonomia ou Engenharia e Segurança do trabalho,				

			para emissão do respectivo laudo.				
			Certificado de conformidade de acordo com a norma NBR 13962 - Móveis para Escritório - Cadeiras - Requisitos e Métodos de Métodos de Ensaio, pelo modelo de Certificação 5, onde atesta que o produto é destinado a usuários de até 110 kg;				
			Certificado conformidade ABNT NBR 14020:2002 E 14024:2022 – Emitido por OCP;				
			ESPUMA - Laudo ABNT NBR 8515:2020 - Determinação da resistência à tração - Resultado mínimo: tensão de ruptura: 110 KPA - alongamento de ruptura mínimo de 65 %; Laudo ABNT NBR 8537:2022 - Determinação da densidade aparente - 60 KG/M³ - RESULTADO: 57 KG/M³ podendo ocorrer variações na ordem de +/- 10%; Laudo AABNT NBR 8619:2022 - Determinação de resiliência - RESULTADO MÍNIMO: 50%; Laudo ABNT NBR 8797: 2022 - Determinação da deformação permanente a compressão à 50% - RESULTADO MÁXIMO : 24%;Laudo ABNT NBR 8910:2016 - Determinação da resistência à compressão - RESULTADO MÍNIMO: 6 KPA;Laudo ABNT NBR 9176:2016 - Determinação da força de endentação - Resultado mínimo para fator de conforto: 2,5; Laudo ABNT NBR 9177:2022 - Determinação da fadiga dinâmica - Resultado mínimo perda de espessura: resultado mínimo perda de força de indentação: 17; Laudo ABNT NBR 9178: 2025 - determinação nas características de queima - Resultado igual a 0; Laudo ABT NBR 14961:2019 Determinação do teor de cinzas - RESULTADO: 0,98%; Laudo ABNT NBR 8516:2015 - Determinação da resistência ao rasgamento - RESULTADO MÍNIMO 320 N/m;				
			REVESTIMENTO VINIL - Laudo ABNT NBR 12060: 1991 - Densidade em malhas - Densidade para cursos mínimo de 7/CM e colunas mínimo de 8/CM; Laudo ABNT NBR 14099:2023 - Determinação de espessura - Espessura mínima de 0,60MM; Laudo ABNT NBR 14522:2021 - Resistência à tração e alongamento na ruptura - Sentido longitudinal: resultado médio do alongamento mínimo de 70 N/CM Sentido transversal: resultado médio da força do rompimento: mínimo de 28 N/CM; Laudo ABNT NBR 14544:2023 - Determinação da massa por unidade de área - Gramatura mínima de 470 G/M²; Certificado de conformidade processo de preparação de pintura e				
			Certificação do processo de preparação e pintura em superfícies metálicas pelo modelo 5 de certificação –				
7	1661540	CADEIRA PARA ESCRITORIO - FINALIDADE: DIRETOR; TIPO: GIRATORIA; ESPALDAR: MEDIO; APOIA-BRACOS: COM APOIO PARA O BRACO; ASSENTO/ENCOSTO: ASSENTO COM ESPUMA E ENCOSTO EM TELA SINTETICA; ESTRUTURA: BASE E BRACOS EM TUBO DE ACO CROMADO; PES: RODIZIOS EM POLIURETANO; CONTRA-ASSENTO: REVESTIDO EM POLIURETANO; CONTRA-ENCOSTO: EM TELA SINTETICA; REGULAGEM: REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO A GAS; CADEIRA GIRATORIA, COM BASE E BRACO EM TUBO DE ACO CROMADO E ASSENTO COM ESPUMA (D25) E REVESTIMENTO SINTETICO POLIURETANO. ENCOSTO EM TELA SINTETICA, REGULAGEM DE ALTURA A GAS, FUNCAO RELAX NO ASSENTO/ENCOSTO E RODIZIOS EM POLIURETANO, 59 CM(L) X 66,5 CM(P) X 89,5 CM(ALTURA MINIMA) E MAXIMA 100,5 CM; COR CONFORME SOLICITACAO DO ORGAO/ENTIDADE.	UNIDADE	11	R\$ 884,93	R\$ 9.734,23	

			acompanhados dos relatórios de ensaios: NBR 17088; NBR 8095; NBR 8096; ABNT NBR 10443; ABNT NBR 11003; ASTM D 3359; ASTM D 2794; ASTM D 3363; ABNT NBR 10545.				
8	1677780	CADEIRA PARA ESCRITORIO - FINALIDADE: FUNCIONARIO; TIPO: FIXA; ESPALDAR: MEDIO; APOIA-BRACOS: COM APOIO PARA BRACOS; ASSENTO/ENCOSTO: ESPUMA INJETADA, REVESTIMENTO EM COURO ECOLOGICO; ESTRUTURA: CROMADA TIPO SEMI TRAPEZOIDAL; PES: BARRA; CONTRA-ASSENTO: COURO ECOLOGICO; CONTRA-ENCOSTO: COURO ECOLOGICO; REGULAGEM: SEM REGULAGEM;	O item a ser adquirido deverá atender às seguintes especificações mínimas: Cadeira de escritório interlocutor fixa, tipo diretor/cliente, com base cromada resistente e confortável, capaz de suportar até 120 kg. O produto deverá apresentar altura total de 91,5 cm, altura do chão até o assento de 46 cm, altura do chão até o braço de 66 cm, largura total de 55 cm, largura interna de 47 cm, profundidade total de 59 cm e profundidade interna de 44 cm. A base deverá ser em aço cromado com 2 mm de espessura, resistente à corrosão e ferrugem, anti-risco, e os assento e encosto revestidos em PU de fácil limpeza. O encosto deverá ter mesma textura e cor na parte da frente e de trás. O produto deverá ser entregue com manual de montagem e ferramentas necessárias para instalação, possuir garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação, e ser adequado para uso em mesas com aproximadamente 20 cm entre o assento da cadeira e o tampo da mesa.	UNIDADE	4	R\$ 429,00	R\$ 1.716,00
		MESA PARA ESCRITORIO - FINALIDADE: FUNCIONARIO; ESTRUTURA: EM ACO; TAMPO: EM MDF; TAMPA: 1 TAMPA REMOVIVEL; GAVETEIRO/GAVETA: 1 GAVETEIRO FIXO COM 03 GAVETAS; DIMENSOES: 1400 M X 700 MM X 750 MM (L X P X A); ESTE ITEM POSSUI ARQUIVO DE ESPECIFICACAO LONGA ANEXADA AO CAMPO ARQUIVOS. MESA PARA ESCRITORIO - FUNCIONARIO; ESTRUTURA EM ACO; TAMPO EM MDF REVESTIDA EM MELAMINICO; 01 TAMPA REMOVIVEL; 01 GAVETEIRO FIXO CONSTITUIDO DE 3 GAVETAS; DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E DE ERGONOMIA NR VIGENTES; ESTRUTURA EM ACO, PINTADA EM EPÓXI; TAMPO EM MDF, NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO ADQUIRENTE; MEDINDO 1400 MM LARGURA X 700 MM PROFUNDIDADE X 750					

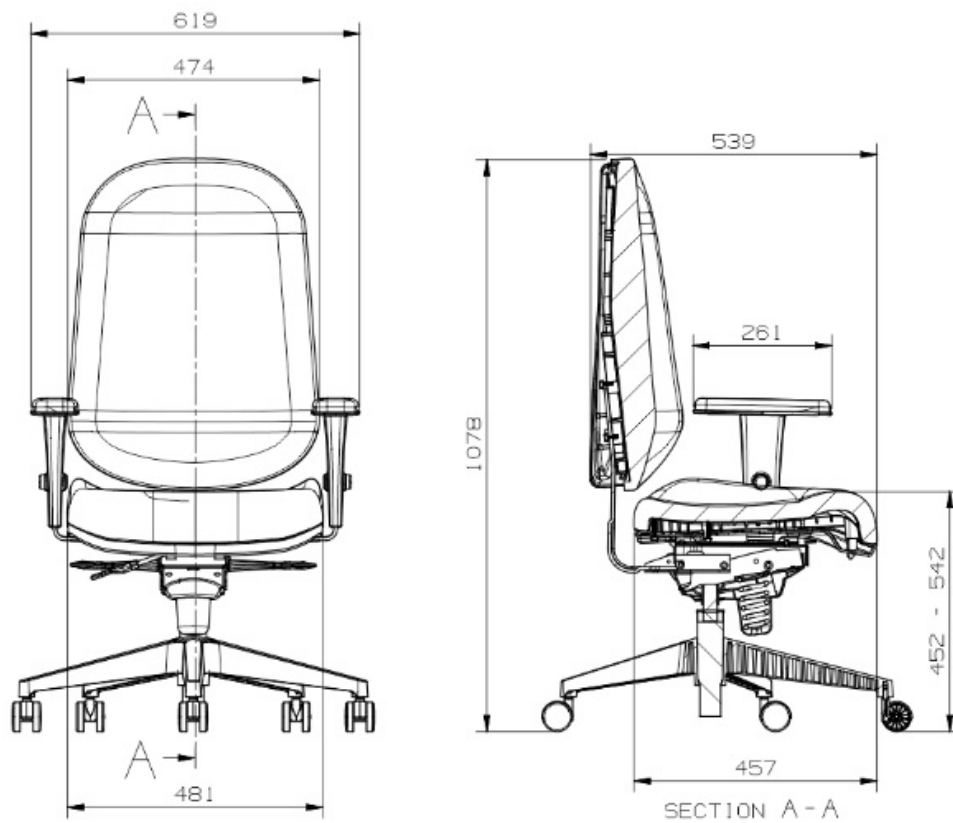
9	1918427	MM ALTURA; TAMPO EM MDF REVESTIDO EM MELAMÍNICO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 25 MM, FIXA-DO A ESTRUTURA COM PARAFUSOS DE ROSCA MÉTRICA E BUCHAS METÁLICAS EM ZAMAK (LIGA DE METAL NÃO FERROSO), BORDAS EM PERFIL DE PVC OU ABS, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, NA MESMA COR DO MELAMÍNICO; ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, PINTADA EM EPÓXI NA COR PRETA, COM SAPATAS NIVELADORAS; PAINEL FRONTAL DE SUSTENTAÇÃO EM MDF COM ESPESSURA MÍNIMA DE 18 MM, REVESTIDO EM MELAMÍNICO EM AMBAS AS FACES, NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO ADQUIRENTE; BORDAS COM ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC OU ABS, COM NO MÍNIMO 1,5 MM DE ESPESSURA, NA MESMA COR DO MELAMÍNICO; COM FIXAÇÃO A ESTRUTURA METÁLICA POR DISPOSITIVOS TIPO MINIFIX; 1 GAVETEIRO FIXO CONSTITUÍDO DE 3 GAVETAS, MEDINDO 400MM X 500MM X 390MM, APROXIMADAMENTE, COM FRENTE EM MDF REVESTIDA EM MELAMÍNICO NA COR PADRÃO DO ÓRGÃO ADQUIRENTE, COM 18 MM DE ESPESSURA, FIXADO A ESTRUTURA COM PARAFUSOS DE ROSCA MÉTRICA E BUCHAS METÁLICAS EM ZAMAK (LIGA DE	UNIDADE	2	R\$ 1.518,90	R\$ 3.037,80
---	---------	--	---------	---	--------------	--------------

		METAL NÃO FERROSO); GAVETA REMOVÍVEL COM 123 MM DE ALTURA INTERNA COM CORPO EM CHAPA DE AÇO, DOTADA DE CORREDIÇAS METÁLICAS COM ROLDANAS DE NYLON, ESBARROS DE INICIO E FINAL DE CURSO, FECHADURA FRONTAL CROMADA COM CHAVE E SUA RESPECTIVA CÓPIA, SISTEMA DE TRANCA SIMULTÂNEA E PUXADORES DE ALÇA EM AÇO; ACABAMENTO DAS PARTES METÁLICAS COM PINTURA EM EPÓXI, NA COR PRETA, CURADA EM ESTUFA, APÓS TRATAMENTO ANTI-CORROSÃO					
10	1636634	ARMARIO DE COZINHA - TIPO: PANELEIRO; MATERIA-PRIMA: ACO, PINTADO EM EPOXI NA COR BRANCA; PORTAS: 05 PORTAS DE ABRIR; PRATELEIRAS: COM PRATELEIRAS; GAVETAS: 04 GAVETAS COM PUXADORES; DIMENSOES: 191CM X 105CM X 44CM(AXLXP); ADMITE-SE A VARIAÇÃO DE ATE 5 PORCENTO NAS MEDIDAS DE LARGURA, ALTURA E PROFUNDIDADE.		UNIDADE	1	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00
VALOR TOTAL DO LOTE							R\$ 29.415,19

1.2. **Informação Complementares.**

1.2.1. As propostas deverão ser apresentadas em estrita conformidade com as especificações constantes da descrição complementar do item, quando houver, conforme disposto na tabela acima, sob pena de desclassificação. Para os itens desprovidos de descrição complementar, deverão ser rigorosamente observadas as especificações contidas no próprio item.

1.3. **Esboço técnico do item 5, Código do Item 645710**



1.4. Imagens meramente ilustrativa dos itens:

CÓD. DO ITEM	IMAGEM
670553	
1031899	

1361376	
1861565	

645710



1751492



1677780



1677780	
1918427	
1636634	

1.5. **Caracterização do Objeto:**

1.5.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade

objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

2. LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

2.1. Compra com lotes exclusivos para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

3. DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa, considerando a baixa complexidade do objeto.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A presente aquisição tem por finalidade a **compra de mobiliários diversos**, visando **atender às demandas operacionais, administrativas e funcionais** das unidades apoiadas pela **11ª Região da Polícia Militar (11ª RPM)**. A solução contempla a **padronização, modernização e adequação dos ambientes de trabalho**, promovendo melhores condições de infraestrutura para o desempenho das atividades institucionais.

4.2. Os itens deverão atender aos **critérios de ergonomia, durabilidade, qualidade e segurança**, observando as normas vigentes aplicáveis.

4.3. Com esta aquisição, busca-se garantir **melhor aproveitamento dos espaços físicos**, além de **proporcionar conforto e eficiência** aos servidores militares e civis, refletindo positivamente na produtividade e no atendimento à população.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação tem como fundamento a necessidade de aquisição de mobiliários diversos, com o objetivo de atender às demandas estruturais e funcionais das unidades apoiadas pela 11ª Região da Polícia Militar (11ª RPM). Tal medida visa suprir carências existentes, bem como substituir mobiliários obsoletos, danificados ou inadequados ao exercício das atividades administrativas e operacionais.

5.2. O fornecimento dos mobiliários visa garantir:

- 5.2.1. Melhoria das condições ergonômicas e ambientais nos locais de trabalho;
- 5.2.2. Padronização dos ambientes, promovendo maior funcionalidade e organização;
- 5.2.3. Apoio às atividades administrativas e operacionais, fortalecendo a infraestrutura das unidades subordinadas;
- 5.2.4. Eficiência e economicidade, ao priorizar itens com maior durabilidade e menor necessidade de manutenção.

5.3. Ressalta-se, ainda, que a demanda decorre de levantamentos realizados junto às unidades apoiadas, os quais evidenciaram a insuficiência e a inadequação do mobiliário atual, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população e o bem-estar dos profissionais.

5.4. Dessa forma, a contratação se mostra imprescindível, oportuna e justificável, visando assegurar a continuidade e melhoria dos serviços públicos de segurança oferecidos pela 11ª RPM

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos mínimos abaixo especificados deverão ser levados em consideração a fim de garantir que o produto a ser fornecido pela empresa contratada se torne a proposta mais vantajosa para a administração pública levando em consideração os princípios da economicidade e sustentabilidade econômica.

6.1.1. **Requisitos a ser considerados na Especificação Técnica do objeto:**

- a) Os Itens devem conter as todas as descrições especificadas de acordo com o item 1

6.1.2. **Temporais:**

- a) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pela área demandante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta;
- b) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- c) Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.1.3. **Obrigações da contratada:**

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeita condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

b) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o item com defeitos;

c) Comunicar à contratante, no prazo de 24(vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

9. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

9.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

10. DA GARANTIA DO PRODUTO

10.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Do prazo de Entrega

11.1.1. Para todos os lotes o prazo de entrega do objeto é de até 15 (quinze) dias corridos, contados do dia seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento.

11.2. Do Local e Horário de Entrega

11.2.1. **LOTE ÚNICO:** Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Deputado Plínio Ribeiro, 2810 - Cintra, Montes Claros/MG no horário de 08:00 às 12:00 Horas e de 13:30 às 17:00 Horas, exceto na quarta-feira que é de 08:00 às 13:00 Horas.

11.3. Do Recebimento:

11.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela área requisitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

11.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até (10) (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências constante no Termo de Referência e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

11.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.4. Da Liquidação

11.4.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 30 (Trinta) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

11.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O vencimento;

b) A data da emissão;

- c) Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.4.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

11.4.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.5. **Do Pagamento:**

11.5.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

11.5.2. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.5.3. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

11.5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.5.6. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

11.5.7. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

11.5.8. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. **FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Cotação Eletrônica, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme art. 33, da Lei Federal 14.133.

12.2. **Dos critérios da aceitabilidade da proposta:**

12.2.1. A proposta terá validade de 60 (SESSENTA) dias corridos contados da data de aceitação.

12.3. **Da Amostra:**

12.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

12.4. **Da Prova de Conceito (PoC):**

12.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

13. **HABILITAÇÃO**

13.1. **Habilitação Jurídica:**

- a) Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).
- b) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 13.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 13.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 13.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.2.4. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- 13.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.2.6. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 13.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 13.2.8. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

13.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 13.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

13.4. Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional

- 13.4.1. Para o lote Único deverá ser apresentado comprovação de aptidão para a compra de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica.
- 13.4.2. Os atestados deverão conter:
 - a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato).
 - b) Local e data de emissão.
 - c) Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
 - d) Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.
- 13.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 13.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

14.1. Do Contratante

- 14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência.
- 14.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 14.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido e solicitar que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos deste Termo de Referência, e atestar o efetivo recebimento do objeto contratado.
- 14.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.
- 14.1.6. Solicitar ao Contratado emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 14.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 14.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 14.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo Contratado.
- 14.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 14.1.11. A Administração terá o prazo de até 05(cinco) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. Do Contratado:

- 14.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 14.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 14.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.
- 14.2.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 14.2.6. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
- 14.2.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 14.2.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com

a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.2.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 15.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 15.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 15.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 15.1.13. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II - **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens anteriores, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens anteriores, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV - **Multa:**

15.1.14. Moratória de 0,3% (três décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

15.1.15. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

15.1.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme parágrafo 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.1.17. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.1.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.1.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.1.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa

ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.1.21. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

15.1.22. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.1.23. As peculiaridades do caso concreto;

15.1.24. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.1.25. Os danos que dela provierem para o Contratante;

15.1.26. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

16. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 29.415,19 (Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Dezenove Centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem deste Termo de referência.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela DAL (Diretoria de Apoio Logístico) da PMMG.

17.1.1. A contratação será atendida pela seguintes dotações:

1251	06	181	137	4366	0001	44	90	52	14	1	10	8
------	----	-----	-----	------	------	----	----	----	----	---	----	---

A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Allison Verício de Oliveira, CEL PM
Ordenador de Despesas da 11ª RPM

Flávio Mario Alves Oliveira, 1º Ten PM
Seção Administrativa do 50ºBPM

Blair Mendes Pereira Júnior, 1º Ten PM
Seção Administrativa do 10ºBPM



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO MÁRIO ALVES OLIVEIRA, Agente de Contratação**, em 26/08/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blair Mendes Pereira Júnior, Servidor (a) Público (a)**, em 27/08/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allison Verício de Oliveira, Coronel PM**, em 28/08/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **120463948** e o código CRC **AA82D457**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
PMMG/11RPM-COMPRAS - Seção de Compras da 11ª Região da
Polícia Militar

**ANEXO II - MINUTA PADRONIZADA DE PROPOSTA COMERCIAL - PARA
AQUISIÇÃO DE BENS**

**PROPOSTA COMERCIAL PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR Nº
33/2025**

(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Endereço Eletrônico:	

Nome do Representante Legal:	
CPF do Representante Legal:	
Optante pelo Simples Nacional?	Não (____) Sim (____)

LOTE 1	ITEM: 01 - _____, conforme especificação técnica do item _____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: 02 - _____, conforme especificação técnica do item _____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item _____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	VALOR TOTAL DO LOTE	R\$			

LOTE X	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item _____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item _____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.	VALOR UNITÁRIO COM ICMS	VALOR UNITÁRIO SEM ICMS	VALOR TOTAL COM ICMS	VALOR TOTAL SEM ICMS
		R\$	R\$	R\$	R\$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	VALOR TOTAL DO LOTE	R\$			
Observações:					
Prazo de Validade da Proposta:					

Declaro que:

- a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor;
- b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente dispensa de licitação por valor e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;
- c) esta proposta foi elaborada de forma independente pelo proponente, sem que tenha havido troca de informações ou quaisquer interferências de terceiros;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Referência: Processo nº 1500.01.0423863/2024-87 SEI nº 95088948



Documento assinado eletronicamente por **Allison Verício de Oliveira, Coronel PM**, em 28/08/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **121553477** e o código CRC **15399FF7**.

Referência: Processo nº 1250.01.0015797/2025-22

SEI nº 121553477